SindBancários
PETRÓPOLIS/RJ
Dia a Dia
www.sindbancariospetropolis.com.br
SEJA SÓCIO VOCÊ TAMBÉM
CUT BRASIL CONTRAF
Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários
e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto
Telefax: (24) 2242.0673 I 2231.2281 /SindBancariosPetropolis sindbancariospetropolis@gmail.com

Ano XXIV n° 6292 – 13 de janeiro de 2021

BB surpreende funcionários com restruturação e ameaça de 5 mil dispensas

A direção do Banco do Brasil pregou uma triste surpresa para seus funcionários e as entidades sindicais ao anunciar um plano de restruturação que prevê o fechamento de agencias e outras unidades, além de um Plano de Demissões Voluntários (PDV) que tem por meta dispensar 5 mil trabalhadores do banco, entre outras medidas consideradas muito ruins.

O plano prevê mudanças em 870 pontos de atendimento por meio do fechamento de agências, postos de atendimento e escritórios e a conversão de 243 agências em postos. Também estão previstas a transformação de oito postos de atendimento em agências, de 145 unidades de negócios em Lojas BB, além da relocalização e 85 unidades de negócios e a criação de 28 unidades de negócios. O PDV prevê duas modalidades de desligamento: o Programa de Adequação de Quadros (PAQ), para o que a direção do banco considera excessos nas unidades; e o Programa de Desligamento Extraordinário (PDE), para todos os funcionários do BB que atenderem aos pré-requisitos.

O banco também quer fazer mudanças no atual modelo e remuneração dos caixas executivos, que deixariam de ter a gratificação permanente a passariam a ter uma gratificação proporcional apenas aos dias de atuação, se houver.

Bolsonaro deixa de cobrar dos ricos uma reforma da Previdência por ano

Cruel com os trabalhadores, o governo Bolsonaro é extremamente bondoso com bancos, agronegócio e grandes empresas multinacionais. Só como exemplo da sua opção pelos ricos, deixa de arrecadar por ano em impostos o equivalente a uma reforma da Previdência. É o que mostra estudo da Rede de Justiça Fiscal (Tax Justice Network), divulgado em novembro último.

Segundo o levantamento, são US$ 14,9 bilhões (cerca de R$ 79 bilhões ao câmbio daquele mês) em impostos que deixam de ser recolhidos pelo país por ano. A economia estimada pelo governo com a reforma da Previdência é de R$ 800,3 bilhões em uma década, o que resulta em uma média anual de R$ 80 bilhões.

O montante faz do Brasil o quinto país do mundo que mais perde impostos devido à elisão (uso de manobras lícitas para evitar o pagamento de taxas, impostos e outros tributos) e evasão fiscal por multinacionais e pessoas ricas, atrás apenas dos Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha e França, conforme o estudo.

Em todo o mundo, são US$ 427 bilhões (R$ 2,3 trilhões) em impostos perdidos, sendo US$ 245 bilhões devido à transferência legal ou ilegal de lucros de multinacionais para paraísos fiscais e US$ 182 bilhões não pagos por milionários que escondem ativos e rendimentos não declarados no exterior.

Mas, se com a reforma da Previdência Bolsonaro economizou aumentando para 40 anos de contribuição e 65 anos de idade o tempo exigido para ter direito à aposentaria, inviabilizando, na prática o cidadão de se aposentador, não cobra o pagamento dos grandes devedores da Previdência Social. Até março, o estoque total da dívida previdenciária era de R$ 491,2 bilhões. Os grandes devedores da Previdência são pessoas jurídicas, empresas privadas, em sua maioria, e uma pequena parcela de órgãos públicos. Os dados são referentes a agosto de 2019. Estão entre os grandes devedores gigantes altamente lucrativos, como a JBS, os bancos Itaú, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, empresas bilionárias de agronegócio, usinas de cana de açúcar, grandes madeireiras e frigoríficos. Mas, em vez de endurecer na cobrança, o governo tem optado por perdoar grande parte das dívidas. Algumas deixam de ser cobradas.

Conforme dados da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), os mais de R$ 490 bilhões em dívida corrente são de um milhão de empresas, mas apenas R$ 160 bilhões são consideradas passíveis de recuperação. E a maior parte desse montante está nas mãos de grandes devedores: 4 mil empresas respondem por 60% do total da dívida ativa.